



PLANO
**BRASIL
SEM
MISÉRIA**



**O PRONATEC
BRASIL SEM MISÉRIA**



Índice

APRESENTAÇÃO	5
O PRONATEC – BRASIL SEM MISÉRIA	7
O que é?	7
Objetivos	7
Público-Alvo.....	8
Cursos	8
PASSO A PASSO	9
1) Adesão ao Pronatec - Brasil Sem Miséria	9
2) Pactuação das Vagas 2011	9
3) Lançamento das turmas no SISTEC/MEC	10
4) Identificação do Público-Alvo	10
5) Mobilização do Público-Alvo.....	10
6) Oficinas de Informação Profissional	11
7) Inscrição.....	12
8) Matrícula.....	12
9) Aula Inaugural e Acolhimento.....	13
10) Acompanhamentos do Alunos	13
11) Captação de Vagas de Emprego	13
12) Articulação com outras Políticas Públicas.....	14
13) Término das aulas articulado com intermediação no mercado de trabalho local.....	14



APRESENTAÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), como coordenador do Plano Brasil Sem Miséria, tem desenvolvido, em parceria com outros ministérios, uma série de programas e ações de incremento da formação técnica e profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Uma dessas ações é a parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no âmbito do **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**, criado pela Lei nº. 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Ao prever, em sua modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, o atendimento prioritário aos beneficiários de programas federais de transferência de renda, o Pronatec alinha-se ao esforço de superação da extrema pobreza do Plano Brasil Sem Miséria. Além dos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, o Pronatec também define os estudantes de ensino médio público e os trabalhadores como públicos prioritários¹.

O presente documento refere-se apenas à oferta de cursos destinada às pessoas beneficiárias de programas federais de transferência de renda, aqui denominado “Pronatec – Brasil Sem Miséria”.

1. Portaria MEC nº 1.569 de 03.11.2011.

PLANO
BRASIL SEM MISÉRIA



O PRONATEC – BRASIL SEM MISÉRIA

O que é?

O Pronatec – Brasil Sem Miséria é uma ação de formação profissional voltada para beneficiários de programas federais de transferência de renda. O compromisso é capacitar um milhão e cem mil pessoas até o final de 2014, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com carga horária entre 160 e 400 horas.

Esses cursos serão custeados pelo Governo Federal e disponibilizados inicialmente pelas seguintes **Unidades Ofertantes**:

- Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFs);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Para o alcance dessa meta, é de fundamental importância o envolvimento e a participação dos governos municipais e estaduais. Assim, é com muita expectativa que organizamos esse Encontro (09/11) com Prefeitos(as) e Secretários(as) Estaduais e Municipais de Assistência Social e de Trabalho de 161 Municípios, dos 26 Estados e do Distrito Federal. Para o Encontro de 2011, foram convidadas todas as capitais e municípios com as seguintes características:

- cem mil ou mais habitantes;
- postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE) estaduais e/ou municipais e;
- capacidade atual de oferta superior a 200 vagas nas Unidades Ofertantes.

Objetivos

- Ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho dos beneficiários de programas federais de transferência de renda por meio do incremento da formação e qualificação profissional e;
- Expandir a abrangência da oferta de cursos de qualificação social e profissional dos beneficiários de programas federais de transferência de renda, considerando as variadas demandas por mão de obra qualificada e o perfil dos beneficiários das transferências de renda.

Para realizar esses objetivos, é preciso garantir a adequação dos cursos às realidades regionais, por meio de discussão junto aos governos estaduais, municipais e às Unida-



des Ofertantes. Além disso, será necessário articular as políticas públicas de educação, de assistência social e de trabalho e emprego nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Público-Alvo

Podem participar do Pronatec - Brasil Sem Miséria os beneficiários titulares ou dependentes de programas federais de transferência de renda com idade entre 18 e 59 anos. Qualquer membro da família poderá se matricular nos cursos, não havendo limite por família. Além disso, uma vez concluído um curso, o beneficiário poderá se matricular em outro curso, sem restrições.

Os documentos necessários para a inscrição são: o Número de Informação Social (NIS) da família e o Cadastro para Pessoas Físicas (CPF).

Os alunos interessados serão inscritos e matriculados sem custos, de acordo com a disponibilidade de vagas indicada no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC/MEC), a ser operado pela Prefeitura e pelas Unidades Ofertantes.

O Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC/MEC) disponibilizará informações sobre os cursos, respectivas escolas e alunos. É nele que serão feitos os processos de inscrição e de matrícula dos alunos. Os detalhes operacionais do SISTEC/MEC serão apresentados aos gestores municipais em teleconferência nacional (NBR) promovida pelo MDS e MEC em data a ser informada por comunicação oficial às prefeituras.

A matrícula dos beneficiários do Programa Bolsa Família nos cursos não implicará a perda do benefício. A perda do benefício ocorrerá apenas nos casos em que o aumento da renda familiar ultrapasse o limite de meio salário mínimo per capita. Se a renda familiar não for superior a 140 reais por pessoa, a família continua no Programa. Mesmo que haja elevação da renda acima desse patamar (de R\$140 per capita), a regra de permanência do Programa garante que não haja o imediato cancelamento do benefício.

Cursos

Em 2011, o Pronatec - Brasil Sem Miséria disponibilizará aos beneficiários de programas federais de transferência de renda cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), divididos nas seguintes categorias de escolaridade: a) Letramento Inicial; b) 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental e; c) 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Os cursos disponíveis estão relacionados em um guia elaborado pelo Ministério da Educação (“Guia Pronatec”). São exemplos de cursos: eletricitista industrial, recepcionista e fotógrafo.

Esses cursos serão custeados integralmente pelo Governo Federal junto às Unidades Ofertantes, sendo gratuitos para os beneficiários.



Além da gratuidade da mensalidade, o Programa também isenta o beneficiário dos seguintes custos:

- transporte
- alimentação
- material didático

Esses custos são de responsabilidade do Governo Federal, que repassará os valores necessários às Unidades Ofertantes.

PASSO A PASSO

1) Adesão ao Pronatec - Brasil Sem Miséria

A oferta do Pronatec – Brasil Sem Miséria no nível municipal depende da adesão da Prefeitura, a ser firmada no Termo de Adesão disponível neste Encontro e no portal do Brasil Sem Miséria³. A adesão terá validade até 2014.

Ao aderir, a Prefeitura definirá a instância intersetorial, com representantes municipais da Assistência Social, do Trabalho e da Educação, para responder pela gestão do Pronatec Brasil Sem Miséria no município. Além disso, irá indicar um servidor municipal responsável pela inscrição dos alunos no SISTEC/MEC, acompanhamento da execução dos cursos e interlocução com os governos federal, estadual e Unidades Ofertantes.

2) Pactuação das Vagas 2011

Para iniciar os cursos ainda em 2011, MDS e MEC levantaram a capacidade instalada em cada uma das Unidades Ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) nos municípios com mais de cem mil habitantes e com postos de atendimento SINE estaduais e/ou municipais. Esse levantamento resultou na disponibilidade de 62.116 vagas para os níveis de letramento inicial, 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental e 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Essas vagas foram distribuídas de acordo com a maior concentração de pessoas extremamente pobres inscritas no Cadastro Único dos municípios convidados.

O objetivo do Encontro é informar às prefeituras da disponibilidade de cursos em seu município e iniciar a negociação da oferta de vagas com os governos federal, estadual e com as Unidades Ofertantes. Como produto desse Encontro, os participantes irão assinar uma ata de reunião técnica que destacará os compromissos de cada um e, se possível, definirá a oferta de cursos por município.

3. www.brasilsemisERIA.gov.br



Caso não consiga definir as ofertas 2011 nesse Encontro, a Prefeitura terá até o dia 18/11 para encaminhar ao MDS o anexo “Relação de Cursos e Vagas – 2011” da ata de reunião técnica assinada no Encontro (09/11), contendo a definição das vagas e cursos, estratificadas por Unidade de Ensino. **Caso não envie esse documento até a data prevista, o MDS não poderá solicitar ao MEC a abertura das turmas e o município perderá a oferta.**

A pactuação dos cursos de 2012 ocorrerá nos Estados, no mês de janeiro, conforme orientação a ser enviada pelo MDS.

3) Lançamento das turmas no SISTEC/MEC

Depois de conhecida a demanda efetiva dos municípios, o MDS solicitará ao MEC a abertura dos cursos definidos com as Prefeituras junto às Unidades Ofertantes. As informações sobre os cursos e as vagas pactuadas serão lançadas pelas Unidades Ofertantes no SISTEC/MEC e indicarão: 1) nome e eixo tecnológico do curso; 2) duração em horas-aula do curso; 3) horário das aulas; 4) endereço das aulas; 5) número de horas-aula semanais; 6) data de início do curso; 7) data de conclusão e; 8) número de vagas disponíveis.

O gestor municipal do Pronatec – Brasil Sem Miséria terá acesso a essas informações no SISTEC/MEC, que poderão ser úteis para planejar as estratégias da Prefeitura de identificação e de mobilização do público-alvo.

4) Identificação do Público-Alvo

É importante que a Prefeitura considere as comunidades e/ou territórios com maior concentração de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, observando as exigências de escolaridade dos cursos ofertados para esse público. O mapeamento dos adultos pobres e extremamente pobres nos territórios é fundamental para propiciar o acesso desse público ao Programa.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é uma importante ferramenta para a identificação do público-alvo, pois informa o perfil socioeconômico e endereço das famílias cadastradas.

5) Mobilização do Público-Alvo

Identificadas as comunidades prioritárias, a Prefeitura poderá iniciar a estratégia de mobilização do público-alvo para os cursos ofertados. As prefeituras poderão recorrer a panfletos, cartas, rádios, entre outras formas de divulgação. É importante a realização de reuniões explicativas nas comunidades identificadas, envolvendo as lideranças locais para maior alcance na divulgação dos cursos. É recomendável que seja mobilizado número de



pessoas superior à quantidade de vagas disponíveis, uma vez que nem sempre as pessoas que demonstram interesse inicial comparecem à Prefeitura para efetuar inscrição.

As prefeituras poderão utilizar os recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família para custear as ações de mobilização.

É importante contar com o apoio das Unidades Ofertantes na mobilização do público-alvo, seja nas visitas às comunidades, seja na construção de materiais de divulgação. Esse envolvimento das Unidades Ofertantes é de fundamental importância para aumentar a adesão do público, uma vez que boa parte dele ainda não se enxerga como aluno do Senai, do Senac e/ou dos Institutos Federais. A parceria com as Unidades Ofertantes na mobilização também contribuirá para que elas possam adaptar desde o início suas estruturas, a fim de acolher essa nova clientela.

As equipes dos CRAS, dos CREAs e dos SINEs, principalmente daqueles localizados próximos às comunidades identificadas, deverão estar informadas sobre a oferta do Pronatec - Brasil Sem Miséria no município e prestar esclarecimentos a interessados. É importante que essas equipes tenham conhecimento do processo de inscrição e dos cronogramas dos cursos, para que consigam encaminhar os interessados ao setor da Prefeitura responsável pela gestão do Pronatec – Brasil Sem Miséria.

Este Encontro (09/11) será uma boa oportunidade para que sejam estreitadas as relações entre a Prefeitura e os Ofertantes e facilitará a parceria para mobilização das comunidades.

A exigência do CPF é um dos pré-requisitos para inscrição, devendo ser observada durante a mobilização. Caso o beneficiário não tenha CPF, caberá à Prefeitura auxiliá-lo na emissão do documento.

6) Oficinas de Informação Profissional

É importante que o município promova oficinas periódicas de informação profissional dos cursos disponíveis. Nessas oficinas serão esclarecidas aos beneficiários interessados questões relativas à ocupação pretendida, a realidade do mercado de trabalho local e as possibilidades e as dificuldades da profissão escolhida. Todos esses esclarecimentos serão importantes para fazer com que os beneficiários saiam orientados e incentivados a frequentar exatamente aqueles cursos em que tenham maior afinidade e perspectiva de emprego. Ao sair satisfeito e motivado com a opção, as possibilidades de evasão desses beneficiários reduzem-se significativamente.

Uma forma interessante de promover essa Oficina é por meio de palestras para grupos de interessados em cursos de determinado setor, em que um representante da Prefeitura



ra esclarece o funcionamento do mercado de trabalho do setor e sinaliza as oportunidades de emprego decorrentes de uma capacitação nas cursos ofertados.

É importante que essas palestras contem com representantes dos SINEs estaduais e/ou municipais e das Unidades Ofertantes, conhecedores da realidade local do mercado de trabalho. Além de informações sobre o mercado de trabalho, os representantes dos SINEs deverão fomentar o cadastramento dos beneficiários no “Mais Emprego/MTE”², sistema responsável pela colocação do trabalhador no mercado de trabalho.

O Mais Emprego é um Portal que integra em um único banco de dados informações do Sistema Nacional de Emprego (SINE), das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, Caixa Econômica Federal e entidades de qualificação profissional.

7) Inscrição

O gestor municipal inscreverá o beneficiário interessado no SISTEC/MEC. Após essa inscrição, o próprio SISTEC/MEC emitirá comprovante de inscrição a ser entregue ao beneficiário, indicando os detalhes do curso, tais como: endereço da unidade de ensino, data de início, carga horária, entre outros. Cada turma poderá receber um número de inscrições maior do que o número de vagas disponíveis por curso. O acréscimo permitido será indicado pelo próprio SISTEC/MEC.

A inscrição do aluno no SISTEC/MEC não garante a matrícula, uma vez que esta depende da efetiva formação de turma, a ser confirmada no primeiro dia de aula. Caso haja o quórum mínimo para formação da turma, o aluno será automaticamente matriculado na própria unidade de ensino, também via SISTEC/MEC. Caso não haja quórum suficiente, a Prefeitura deverá informar o aluno do adiamento da turma e de outras ofertas de cursos.

8) Matrícula

Após a inscrição na Prefeitura, o aluno deverá comparecer à Unidade Ofertante, na data indicada no comprovante de inscrição, onde será recebido para confirmação da matrícula e para uma aula inaugural de acolhimento.

É fundamental que, após a inscrição, a Prefeitura entre em contato com o beneficiário para alertá-lo sobre a aula inaugural e para reforçar a importância do comparecimento. Novamente, cabe destacar que esse público não está habituado a frequentar os ambientes das Unidades Ofertantes, devendo ser, a todo momento, incentivado e mo-

2. <http://maisemprego.mte.gov.br>



tivado a comparecer aos cursos. A Prefeitura deverá estar preparada, inclusive, para auxiliá-lo caso haja alguma dificuldade de comparecimento à aula inaugural.

9) Aula Inaugural e Acolhimento

A aula inaugural será promovida pelas Unidades Ofertantes e terá o objetivo de sensibilizar os alunos, muitos dos quais estão fora da escola há muito tempo, e o próprio corpo técnico e pedagógico da Unidade Ofertante, pouco habituado a lidar com esse público, sobre a oportunidade que o Programa representa para a mudança da vida dos beneficiários ali presentes.

Será o momento em que as Unidades Ofertantes irão abrir suas portas para um público que vive à margem da sociedade e do mundo de trabalho, fazendo com que essas pessoas se sintam bem-vindas e motivadas a obter sucesso na aprendizagem e na inserção no mercado de trabalho. Esse acolhimento é fundamental para o êxito do Programa.

Além de esclarecer aos alunos a importância da formação profissional e destacar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho que eles poderão ter após o curso, a aula inaugural servirá como uma ponte entre a população pobre e as unidades do Senai, do Senac e dos Institutos Federais. Além do corpo técnico e pedagógico da Unidade Ofertante, é fundamental que esteja presente representante dos SINEs estaduais e/ou municipais para cadastrar aqueles alunos que ainda não fazem parte do “Mais Emprego/MTE”.

10) Acompanhamento dos Alunos

Durante a realização das aulas, caberá à Unidade Ofertante atualizar os dados sobre o desempenho e frequência dos beneficiários no SISTEC/MEC, para que a Prefeitura tenha condições de acompanhar os beneficiários e, sobretudo, apoiar aqueles com dificuldades de permanência no curso.

11) Captação de Vagas de Emprego

É fundamental que o SINEs estaduais e/ou municipais acompanhem o andamento cronológico dos cursos para sincronizar o término das aulas com ações de intermediação de mão-de-obra. É importante manter um diálogo com as Unidades Ofertantes que permita aos SINEs darem início à captação de vagas junto aos setores empregadores durante a realização dos cursos, facilitando a posterior intermediação dos alunos formados. É essencial que todos os alunos já tenham sido cadastrados pelos representantes dos SINEs no “Mais Emprego/MTE”.



12) Articulação com outras Políticas Públicas

Além de garantir a capacitação profissional dessa população, o Plano Brasil Sem Miséria também articula um conjunto de outras políticas públicas que poderão ser ofertadas aos alunos em capacitação. Entre essas políticas destacam-se:

- Brasil Alfabetizado: programa do Ministério da Educação que visa elevar a escolaridade dos jovens com 15 anos ou mais;
- Brasil Sorridente: programa do Ministério da Saúde que busca melhorar as condições de saúde bucal dos atendidos e que prevê a distribuição gratuita de próteses e;
- Olhar Brasil: programa do Ministério da Saúde que visa identificar problemas visuais e prevê a distribuição gratuita de óculos.

A articulação dos cursos de capacitação do Pronatec - Brasil Sem Miséria com esse conjunto de outras políticas elevará as possibilidades de inserção profissional dos alunos qualificados. Assim, é importante que as secretarias de assistência social, de saúde e de educação dos estados e das prefeituras estejam envolvidos nessa fase.

13) Término das aulas articulado com intermediação no mercado de trabalho local

Concluídos os cursos, os SINEs deverão proceder à intermediação dos alunos recém-capacitados junto às vagas já captadas no mercado de trabalho, promovendo o encontro entre o candidato capacitado e a vaga disponível.



A sua participação é fundamental

A meta de superar a extrema pobreza e assegurar direitos básicos a todos os brasileiros vai exigir um esforço ainda maior na parceria entre os governos federal, estadual e municipal. Nesse sentido, contamos com sua parceria para juntos trabalharmos pela superação da extrema pobreza no Brasil.



Para saber mais

Maiores informações sobre os programas e ações do Plano Brasil Sem Miséria estão disponíveis em www.brasilsemmiseria.gov.br.